

Perfil de uma carreira militante

Por ocasião da entrega do título de
Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal de São Carlos
à Professora Emérita Doutora Carolina Martuscelli Bori

Wolfgang Leo Maar

Conselho Universitário da UFSCar

11/11/2003

Esta é uma ocasião de comemoração solene, de homenagem a uma carreira científica e docente das mais meritórias de nossa vida pública. Reproduzo aqui as palavras da apresentação do número especial da revista *Psicologia USP* (volume 9, número 1, 1998) dedicado à Professora Emérita Doutora Carolina Martuscelli Bori.

“Militância é a palavra que, cremos, melhor caracteriza a natureza da atuação de Carolina Bori em suas inúmeras frentes de trabalho. Militância na

SB
PC¹

formação de docentes/pesquisadores; na implantação de cursos e laboratórios de psicologia em todo Brasil; na introdução da Análise Experimental do Comportamento em nosso meio científico; junto a associações e órgãos de fomento, para viabilizar políticas adequadas de incentivo à pesquisa, não apenas na psicologia, mas para a ciência em geral; no esforço permanente de implementar melhores condições de educação, através da programação de cursos de 1. , 2. e 3. graus; na divulgação da ciência para os jovens e para a população em geral; e, com não menos empenho, na liderança da comunidade em prol da redemocratização do país, da defesa dos direitos humanos e de todas as outras lutas que o país tem assistido nas últimas décadas.

Tão extensa e diversificada (é) a atuação de Carolina Bori, foram tantas as suas formas de militância a favor da psicologia, da ciência, da educação e da sociedade”.

Mas o sentido desta homenagem não se esgota numa celebração do passado. Nem tem como presente exclusivo a coroação de um trajeto de vida louvável a perfilar as inúmeras virtudes do trabalho engajado de Dona Carolina.

A par disto e ao mesmo tempo, esta celebração tão oportuna representa para nós todos uma excelente oportunidade de refletir, como experiência viva

e atual, acerca do presente e de suas condições, situação em que todos nós temos assento, não como espectadores, mas enquanto partícipes atuantes.

Se o Brasil hoje é um país democrático, com instituições consolidadas e participativas, em que se respeitam os direitos humanos; se o Brasil hoje tem uma sociedade organizada em esferas públicas representativas dos vários interesses que congregam a nação, isto se deve a cidadãos militantes como Dona Carolina.

Se o Brasil é dotado de um sistema educacional e científico público de excelência reconhecida internacionalmente, de um conjunto de universidades públicas e gratuitas centradas na docência, na pesquisa e na extensão em regime integral e pautadas por decisões colegiadas, esta realidade presente só existe efetivamente por que assentada em condições produzidas e reproduzidas na dura e persistente atividade cotidiana de professores como Dona Carolina.

Quando no Brasil se abre como possibilidade plenamente sustentável o caminho de um desenvolvimento nacional com justiça social, conduzido pela via de uma ampla autonomia científica e tecnológica do país, apta a ser direcionada mediante uma representação democrática dos interesses nacionais e populares em harmonia com as decisões da comunidade científica, isto se deve em grande parte ao esforço de acadêmicos como Dona Carolina.

A lição desta reflexão pode ser resumida nos termos de um artigo da revista acima citada, de autoria das professoras Deisy das Graças de Souza, da UFSCar, e Maria Amélia Matos, da USP, entre outros:

“A partir de um início de carreira aparentemente comum (graduação em Pedagogia pela USP em 1947 e contratação como Professora Assistente de Psicologia em 1948) sua atividade desdobrou-se prodigiosamente, irradiando-se da Psicologia para a Educação e a Ciência em geral, para a política científica e para a defesa da sociedade.(...) essa integração parece se explicar por (...) um traço marcante de Dona Carolina (...) um sentimento profundo de cidadania e de interesse pelo país, assentado em uma convicção igualmente profunda de que um desenvolvimento econômico consistente e socialmente justo, em uma nação independente, é inviável sem educação, sem pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico autônomos. Esta postura socialmente comprometida caracteriza e unifica a atuação de Carolina em todas as suas frentes.”

Mas é fundamental sublinhar que a lição assim destacada não se resume ao objetivo final.

Pelo contrário: o que a distingue basicamente é concentrar-se em uma experiência viva, prática, de atuação no âmbito de uma *perspectiva de intervenção pública e coletiva*.

Esta perspectiva caracterizaria a atuação da jovem docente no próprio âmbito da chamada “geração de 1945”, ao lado de Antônio Cândido, Aziz Simão, Lourival Gomes Machado e muitos outros conhecidos intelectuais, que em sua prática de intervenção democratizariam a estrutura universitária, e proporcionariam as bases para as organizações sociais representativas, como a SBPC e as Associações de Docentes. Ainda antes de ocupar a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência entre 1986 e 1989, a professora Carolina Bori foi a secretária-geral fundamental na viabilização da Reunião Anual de 1977 desta mesma SBPC, então a mais importante associação não só científica, mas da própria sociedade civil do país, que se reuniu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, após a interdição do evento na USP pelo regime militar. Além disto participou em 1976 da primeira diretoria da Associação dos Docentes da USP, com Dalmo Dalari, Simão Mathias, Crodowaldo Pavan e Rocha Barros, entre outros, e foi presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia, da Sociedade Paulista de Psicologia e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia .

Também no próprio plano acadêmico específico a atividade científica seria apreendida ela mesma invariavelmente como prática coletiva e pública,

não só de produção coletiva de conhecimento, mas como formação de novas gerações e mais de uma centena de orientandos.

Neste sentido há que destacar sobretudo a sua participação na criação dos cursos de Psicologia na USP e posteriormente na Universidade de Brasília, entre 1963 e 1965, bem como na concepção do curso de Pós-Graduação em Educação Especial na UFSCar, onde foi diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas de 1976 a 1979 e professora em 1982 e 1983. Em nossa universidade sua presença além disto foi decisiva na orientação de professores no ciclo básico e na pesquisa em ensino de ciências.

O comprometimento coletivo público e participativo, em suma: democrático, seria mesmo para Dona Carolina a fonte de que emanaria a necessidade da autoridade intelectual e dos intelectuais. Exemplar nesta medida é um relato destacado em artigo da revista já citada, de autoria da professora Maria do Carmo Guedes, da PUC-SP. Refere-se a um depoimento gravado para Roberto Salmerón acerca da intervenção do regime militar na Universidade de Brasília:

“Professora Carolina (muito brava novamente, trinta anos depois): Mas por que vocês pediram demissão? Vocês não deviam! Nunca se deve abandonar o barco. Vocês deixaram tudo para eles (...) Não, não podiam ...”

Conforme outro relato pungente, quando da atuação policial da repressão, detida por um dia na famigerada Operação Bandeirantes, nossa homenageada atestou a boa conduta de alunos do curso de psicologia da USP, recusando-se a fornecer seus endereços.

Idêntica firmeza de princípios e coragem de atitudes marcariam a atuação da professora como diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. Tornou-se a primeira dirigente de unidade de uma universidade federal a sustentar, com o apoio do então reitor da UFSCar, professor Luiz Edmundo de Magalhães, de modo pioneiro no âmbito das universidades públicas do país a contratação de professores cassados pelo regime militar, ao convidar a ser professor de nossa universidade em 1977 – portanto bem antes da decretação da anistia - o professor Bento Prado jr., afastado da USP pelo Ato Institucional número 5 decretado pelo regime militar ditatorial em 1969.

Em todas estas situações torna-se patente que o exercício da autoridade só se justificaria quando engajado, seja na produção coletiva pública do conhecimento, seja na formação pública, ambas em profundo compromisso com a reconstrução da democracia no país. Trata-se nesta medida sobretudo de uma carreira militante republicana radical.

SB
PC

Na AUC, já em 1970 (re-
latório no Póspad). co-
trator vários. 7

Com a militância acadêmica pública da professora Carolina Bori nos defrontamos com um momento decisivo do trabalho intelectual coletivo em nosso país, em suas instâncias públicas e participativas e pelo ponto de vista de uma perspectiva que não se esgota na mera acumulação de riquezas, mas cujo sentido só se realiza efetivamente sob o prisma da democracia com justiça social, quando compartilhado na prática em todas as esferas de decisão e em todos os planos dos benefícios sociais.

Hoje em dia, quando as opções individuais no âmbito acadêmico se avolumam e se tornam cada vez mais frequentes, sobretudo na nova geração particularmente submetida a uma avalanche permanente de estimulações individualistas, uma militância como a de Dona Carolina Bori em sua perspectiva de engajamento coletivo e público emana exemplaridade.

É nesta direção que vale a pena empenhar a luta.

Esta é uma ocasião de homenagem solene, de homenagem a uma carreira científica e docente das mais meritorias da nossa vida pública.
Reproduzo aqui as palavras de apresentação do número especial da revista *Psicologia USP* (volume 9, número 1, 1998) dedicado à Professora Emérita Doutora Carolina Maria Scellfi Bori.

"Militância é a palavra que, acima, melhor caracteriza a atuação de Carolina Bori em suas várias frentes de trabalho."

